



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social**

**EUGENIA E HIGIENISMO – INFLUÊNCIAS NAS ORIGENS DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL**

**CLARICE CARVALHO<sup>1</sup>**

**RESUMO:**

Este artigo traz uma abordagem inicial sobre os modos de intervenção social no Brasil no início do século XX. A emergência da profissão no Brasil foi um processo histórico, contraditório e dinâmico. O Serviço Social foi utilizado como um mecanismo de controle social e moral, com interseção com práticas eugênicas e higienistas que visavam moldar e disciplinar a população.

**Palavras-chave:** Brasil, eugenia, higienismo, Serviço Social, moralização.

**ABSTRACT:**

This article provides an initial approach to the modes of social intervention in Brazil at the beginning of the 20th century. The emergence of the profession in Brazil was a historical, contradictory, and dynamic process. Social Work was used as a mechanism of social and moral control, intersecting with eugenic and hygienist practices aimed at shaping and disciplining the population.

**Keywords:** Brazil, eugenics, hygienism, Social Work, moralization

---

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense

## INTRODUÇÃO

Esta breve síntese está vinculada aos estudos empreendidos a partir de minha inserção no estágio de pós-doutoramento na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e tem seguimento nas pesquisas realizadas no Grupo de Pesquisa Relações Étnico-raciais e Formação Antirracista no Serviço Social (REFASS) que, também se articula ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros (NEAB). Dialogamos com as apreensões e definições sobre "questão social", buscando capturar os elementos que apresentam os aspectos de resistência que também conformam a questão social.

Traçamos um diálogo com o questionamento apontado por Gonçalves (2018): “[...] *qual a nossa dificuldade em compreender que a questão racial e seu mais grave subproduto, o racismo, fazem parte das relações que impulsionam e dinamizam a sociedade burguesa?*”. Pretendemos, assim, contribuir no esforço para construção de uma *história nova do Serviço Social brasileiro* (NETTO, 2016).

Estabelecemos uma proposta de estudo pautada na análise materialista que nos leva à necessária explicitação das particularidades da formação sócio-histórica do Brasil. Ainda há muito o que avançar! Mas, buscamos aprofundar uma chave de análise a partir do debate sobre os Fundamentos do Serviço Social explicitando como a profissão desde os seus primórdios no Brasil participou de formas de enfrentamento das expressões da questão social que conectaram questão racial e racismo com aspectos do higienismo e da eugenia.

Nossa pesquisa buscou articular os estudos reconhecidos na área do Serviço Social, especialmente, o já clássico estudo de lamamoto e Carvalho (2014), estabelecendo análises que partem do processo de produção e reprodução das relações sociais e do caráter contraditório da profissão a fim de capturarem a complexidade dos processos abordados.

Aqui iremos destacar algumas elaborações que trataram da análise da Questão Social no Brasil e estabeleceram suas expressões como “base de fundação da profissão”. Estas pontuações são relevantes para identificar o avanço apresentado por intelectuais – do campo do Serviço Social e do campo marxista – ao analisarem que

[...] a questão racial, e, portanto, a desigualdade racial, não pode – de forma alguma – ser compreendida como uma expressão da questão social. Muito pelo contrário, ela antecede, ela molda, ela amarra a própria questão social, a questão racial é o nó da questão social” (GONÇALVES, 2020).

O avanço das lutas sociais aponta o caminho das rupturas do Serviço Social com a herança conservadora. Nos termos de lamamoto



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado" [...] "É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (Iamamoto, 2014, p. 83- p.84).

A população negra brasileira historicamente compõe a classe trabalhadora, Raul de Carvalho traz em seu estudo já clássico no campo do Serviço Social um trecho curto que inspirou nossos primeiros passos para aprofundar a explícita relação questão racial e questão social:

A 'questão social', seu aparecimento, diz respeito diretamente à **generalização do trabalho livre numa sociedade em que a escravidão marca profundamente seu passado recente. Trabalho livre que se generaliza em circunstâncias históricas nas quais a separação entre homens e meios de produção se dá em grande medida fora dos limites da formação econômica-social brasileira.** Sem que se tenha realizado em seu interior a acumulação (primitiva) que lhe dá origem, característica que marcará profundamente seus desdobramentos. (CARVALHO, 2014, p. 133 *grifos nossos*).

Há uma relação de proximidade entre a gênese do Serviço Social brasileiro e os preceitos higienistas e eugenistas que influenciavam a constituição de ações estatais e privadas como respostas às expressões da Questão Social. Gonçalves (2018) afirma que o Serviço Social:

De um lado, recebeu investidas eugenistas sob o argumento de que, para assegurar moralmente o destino da comunidade nacional, era preciso contribuir para melhorar a raça. De outro, e sem sair do universo ideológico conservantista, a categoria se viu sob o manto do mito da democracia racial (GONÇALVES, 2018, p. 515).

As influências do higienismo eugênico estavam materializadas nas ações do próprio Estado brasileiro, a Carta Constitucional de 1934, estabelecia "[...] *estimular a educação eugênica; socorrer as famílias de prole numerosa e cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais*" (BRASIL, 1934). Esta Constituição foi suplantada pelo Golpe de Estado em 1937, mas, mesmo com sua curta duração, é um documento histórico importante que descortina a profundidade das conexões da elite política e econômica com os preceitos eugênicos.

Para Silva "[...] *adensar a análise da profissão à própria realidade brasileira em seus aspectos centrais e dinâmicos [inclui abordar] [...] a relação entre racismo, higienismo e o serviço social brasileiro*" (2022, p. 39). Neste sentido, há muita conexão entre a importação de teorias racialistas e as perspectivas de buscar espelhar no Brasil uma imagem cada vez mais próxima da europeia branca<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> A profissão também bebeu em fontes da ciência racista em evidência no início do século XX. Evidentemente, o recurso às abordagens eugênicas não foi uma especificidade brasileira, o artigo "Histórias horríveis do Serviço Social: cumplicidade e resistência" de Lavallette, Ioakimidis e Ferguson (2018) trazem registros históricos de como as assistentes sociais estiveram ativas em processos nazistas, eugênicos com muita influência do darwinismo social em diversos países. "Assistentes sociais foram profundamente envolvidos não apenas no avanço das ideias do darwinismo



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

O debate que trazemos sobre os Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos do Serviço Social (FHTMSS) parte da análise da profissão e das relações Estado e classes sociais no período entre os anos de 1930 e 1950 no Brasil. O tema central trata da emergência da profissão e suas origens conservadoras, buscamos debater e contextualizar as origens da profissão e os projetos políticos fortalecidos naquele contexto histórico.

Seguimos as indicações das Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social da ABEPSS ao abordar o Serviço Social como profissão inserida na divisão sociosexual e étnico-racial do trabalho, cuja base de fundação é a questão social e problematizando a inserção profissional no “mercado de trabalho”, a predominância feminina e as bases de classe e raciais na formação da classe trabalhadora no Brasil.

Nos orientamos pela abordagem de Yamamoto que trata a direção social da profissão como um processo concreto que deve ser capaz de:

[...] atualizar-se nos vários momentos conjunturais. Mais ainda: uma qualidade de formação que, sendo culta e atenta ao nosso tempo, seja capaz de antecipar problemáticas concernentes à prática profissional e de fomentar a formulação de propostas profissionais, que vislumbrem alternativas de políticas calcadas no protagonismo dos sujeitos sociais, porque atenta à vida presente e a seus desdobramentos. Um projeto de formação profissional que aposte nas lutas sociais, na capacidade dos agentes históricos de construir novos padrões de sociabilidade para a vida social. Construção esta que é processual, que está sendo realizada na cotidianidade da prática social, cabendo aos agentes profissionais detectá-las e delas partilhar, contribuindo, como cidadãos e profissionais, para o seu desenvolvimento. (Yamamoto, 1998, p. 195).

Reiteramos, assim, a validade e pertinência “Das Diretrizes”, sobretudo porque identificamos entre suas inovações o acompanhamento da dinâmica societária, cujas transformações incidem diretamente nas condições de vida dos trabalhadores, reconfigurando a questão social na contemporaneidade. (KOIKE, 1999, p.106). Este elemento evidencia a questão social como base de fundamentação do trabalho da assistente social: “*O trabalho, com elemento central da*

---

social, mas também ativamente em sua utilização. Eles estavam envolvidos nos processos de diagnóstico das raças inferiores e na facilitação da detenção daqueles considerados “impróprios”. Lorenz (2006: 35) explica que: O sistema contava com todos os profissionais de bem-estar, que incluíam relatos de casos nos quais listavam as histórias familiares de epilepsia e alcoolismo e avaliavam as chances de reabilitação de criminosos ou de crianças com dificuldades de aprendizagem. Aderindo à sua tarefa profissional com o ar da neutralidade de valor e do distanciamento científico, eles não se sentiam responsáveis pelas consequências de suas avaliações.” (Lavallette, Ioakimidis e Ferguson, 2018, p. 19)



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

*realidade social e componente constitutivo do exercício profissional possibilita à prática configurar-se como concretização de um processo de trabalho cujo objeto são as múltiplas manifestações da questão social.” (idem, p. 111)*

O privilegiamento da teoria social crítica se expressa na fundamentação de nossas análises a partir da primeira parte do livro *Relações sociais e Serviço Social no Brasil* – especialmente a perspectiva de análise da profissão a partir da produção e reprodução das relações sociais, bases para nosso caminho crítico, considerando também a abordagem histórico-crítica sobre a constituição da profissão no Brasil realizada por Raul de Carvalho.

A gênese da profissão no Brasil se dá claramente articulada aos projetos conservadores hegemônicos no país o que se expressa na vinculação com as iniciativas formativas oriundas das organizações católicas, nas primeiras experiências profissionais, no campo de recrutamento, na própria origem de classe das pioneiras do Serviço Social - majoritariamente com participação ativa no apostolado social da Igreja Católica.

As influências teóricas nos primórdios da profissão entrelaçam-se às iniciativas estatais e patronais, explicitando o rol de processos e relações que caracterizam a raiz conservadora do Serviço Social. A prática das primeiras assistentes sociais foi marcada por suas relações com os processos sociais, econômicos e políticos, o que no contexto analisado trazia as marcas da idealização de uma suposta vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas. Então, a intervenção profissional emergente conectava-se às tarefas das mulheres para a preservação da ordem moral e social.

Incapazes de romper com essas representações, o apostolado social permite que àquelas mulheres, a partir da reificação daquelas qualidades, uma participação ativa no empreendimento político e ideológico de sua classe, e da defesa de seus interesses. Paralelamente, sua posição de classe lhes facultava um sentimento de superioridade e tutela em relação ao proletariado, o que legitima a intervenção. (Carvalho, 2014, p.171-172)

Para compreender o surgimento da profissão no Brasil é preciso analisar o Serviço Social na história, considerando a processualidade do conjunto de medidas adotadas pelo Estado nas respostas às expressões da Questão Social - desde a intervenção repressiva e violenta, até a implementação das primeiras Leis Sociais (diretamente relacionada à organização coletiva e luta política dos trabalhadores). Neste caldo político-cultural as ações da Igreja e das elites para “orientação e educação” dos trabalhadores viabilizaram também mecanismos para contenção das lutas políticas e para a manutenção da ordem, da moral e da religião, desnudando aí seu caráter contraditório.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

O Serviço Social se constituiu e foi institucionalizado no bojo dessa relação conflituosa, em uma perspectiva muito mais ligada ao *controle social de um outro tipo*, o que também apresenta sua emergência como resultado do movimento das classes: “*Se as leis sociais, são, em última instância, resultantes da pressão do proletariado pelo reconhecimento de sua cidadania social, o Serviço Social se origina de uma demanda diametralmente oposta.*” (Carvalho, 2015, p. 127)

Pautamos o aspecto da condição de classe e raça das primeiras assistentes sociais, considerando em que medida esses aspectos dialogam com o projeto erguido pelas elites e com o aprofundamento do capitalismo em uma sociedade baseada na herança escravista.

Ao debater das raízes conservadoras e suas marcas nas origens do Serviço Social no Brasil, compreendemos que é necessário identificar que se trata de elementos que são contrapostos às iniciativas de contestação e resistência das classes trabalhadoras diante do avanço das opressões características da sociabilidade capitalista, opressões estas que impactam diretamente nas condições de vida da classe, materializando-as como expressões da questão social.

Para Netto (1996), a relação entre o Serviço Social e as formas filantrópicas e assistenciais que o precederam de fato existe, mas não há uma relação de equivalência entre essas iniciativas. Segundo o autor, a análise da profissão, especialmente sob perspectivas conservadoras, frequentemente detalha uma evolução desde a racionalização da assistência na segunda metade do século XIX até a formação dos primeiros cursos de Serviço Social no final do século XIX e início do século XX. Esta análise é baseada na ideia de que a construção da profissão resulta de um processo gradual que começa com a "organização" da filantropia e culmina na incorporação de princípios teórico-científicos e no desenvolvimento de uma abordagem técnica pelas atividades filantrópicas já "organizadas", este corpo teórico atribuiria legitimidade ao Serviço Social. Em outras palavras: a legitimação profissional seria encontrada no embasamento teórico.

Contudo, essas abordagens simplificam os processos dinâmicos, apresentando-o como evolução/*continuum*, o que indica ausência de historicidade nessas análises. Netto (1996) argumenta que essa visão mecanicista é inadequada para explicar um aspecto central do processo: a base que legitima a profissionalização do Serviço Social está na criação de um espaço sócio-ocupacional que demanda esse profissional, refletido no surgimento do mercado de trabalho, mais precisamente, o estabelecimento das condições histórico-sociais que demandam esse profissional, refletidas no surgimento do mercado de trabalho (Netto, 1996, p. 65).

Para debatermos os fundamentos do Serviço Social no Brasil, também consideramos fundamental dialogar com aspectos do caldo cultural, político e econômico que marcou o contexto da



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

emergência das primeiras iniciativas profissionais. Neste sentido, além das já exaustivamente debatidas influências franco-belgas e estadunidenses, vamos enfatizar correntes políticas, ideológicas, formativas e interventivas que também atravessaram os primórdios da profissão. Daí nossa escolha por tratar também das influências da intelectualidade católica, das referências eugênicas e higienistas, explicitando o arranjo técnico-doutrinário analisado por Yamamoto (1997), mas, incorporando o debate crítico sobre a incorporação das ciências racistas pelo Serviço Social. Pinheiro, trazendo as contribuições europeias, apresenta como a definição sobre o serviço social:

A escola belga assim o definiu: "o serviço social é uma forma de atividade social que, por meios técnicos apropriados, procura organizar o **funcionamento normal dos quadros sociais**, necessários ao homem quando este não esteja em condições de o fazer por si". Noutros termos, o serviço social é o conjunto de trabalho social coordenado e metódico, exercido por agentes preparados. (Pinheiro, p. 9 *grifos nossos*)

No Brasil, em seus primórdios as principais áreas de atuação das assistentes sociais eram os serviços voltados para o atendimento das crianças e adolescentes e o campo da saúde. Isso também se aparece numa outra definição de Serviço Social colhida por Pinheiro (ano):

Armand Delille, presidente de várias associações francesas de serviço social, tem sobre o assunto esta feliz interpretação: "para empreender todo o trabalho de reconstrução, é preciso procurar e revelar os sentimentos de responsabilidade e solidariedade que existem em estado latente na maior parte dos indivíduos, é preciso em seguida dar à família, base fundamental de toda eficiente reconstrução social, a adesão, desenvolvendo **amor do lar**, o **gosto pela vida do lar**, do "home" segundo a típica expressão inglesa. (Pinheiro, p. 9 *grifos nossos*)

Verificamos conexões históricas entre as abordagens higienistas e/ou eugênicas e o tipo de atuação e formação profissional direcionada para a emergente profissão de assistentes sociais. Entre os antecedentes históricos destacamos a Lei número 947, de 29 de dezembro de 1902, que regulava a "Reforma [d]o Serviço Policial no Distrito Federal", e determinava:

Fica o Poder Executivo autorizado a crear uma ou mais colonias correccionaes para a reabilitação, pelo trabalho e instrucção, dos mendigos validos, vagabundos ou vadios, capoeiras e menores viciosos que forem encontrados e como taes julgados no Distrito Federal.

Já em 1905, Rodrigues Alves, então Presidente da República, afirmava que o saneamento das cidades modernas exigia a expurgação dos piores elementos da população neste sentido, defendia que:

[...] *era urgente e indispensável reprimir a vagabundagem, o vicio e o crime com a criação de colonias correccionaes, preservando ao mesmo tempo, a mocidade que para aquelle se dirigia, por meio d'uma educação em instituições apropriadas*" (Vaz, 1905: 89).

Nos anos seguintes a articulação das perspectivas higienistas, sanitaristas e eugênicas foi cada vez mais recorrente. Atréadas à defesa de vias urbanas livres de elementos arquitetônicos e



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

humanos indesejáveis, a concepção sanitarista para a saúde da coletividade, a abordagem higienista para os indivíduos e residências e a perspectiva eugênica de estancamento das degenerescências coadunavam com as perspectivas políticas hegemônicas.

Em 1929 os participantes do Congresso de Eugenia realizado no Rio de Janeiro em 1929 cujos participantes:

[...] discutiram acaloradamente temas que envolviam “o futuro eugênico da nação”, como a seleção imigratória, o controle matrimonial, a educação sexual, o cuidado materno e infantil, a esterilização eugênica de ‘loucos’ e ‘criminosos’, a genética e a hereditariedade, a biometria, a antropologia racial, a psiquiatria e a higiene mental, a educação e a higiene em geral. (Souza, 2009, p. 767).

Neste quadro, a complexificação da sociedade reforçava a necessidade de novas modalidades de intervenção social, que por sua vez, impunha a emergência de espaços formativos. Com o aprofundamento da industrialização e da urbanização, a complexificação da divisão social do trabalho, novas profissões são demandadas, este é o contexto da criação das primeiras escolas de Serviço Social.

Vasconcelos (2000) indica que houve uma formação higienista explícita no currículo das escolas de Serviço Social, além de identificar que a eugenia compunha a plataforma higienista, nos seguintes termos:

A eugenia baseando-se na ideia de transmissão hereditária das doenças mentais, várias formulações propunham o combate ao alcoolismo e sífilis nos adultos “procriadores”; a evitação de união conjugal de indivíduos “tarados”; a segregação e esterilização dos “degenerados”; o saneamento racial, já que os indivíduos não brancos, amarelos e mestiços foram considerados patológicos em si mesmos; e de medidas atenuantes das práticas humanitárias das administrações públicas para com grupos considerados “degenerados” (Costa, 1980: 37 e ss. *Apud* VASCONCELOS, 2000, p. 151)

Vasconcelos (2000) reconhece que a influência higienista estava bem estabelecida no âmbito legislativo - a constituição de 1934<sup>3</sup> é a grande referência neste aspecto, mas, a influência higienista também aparecia no âmbito formativo, que por sua vez tinha grande base de influência católica. Para o autor havia complementaridade e, contraditoriamente, demarcação de áreas de competência (Vasconcelos, 2000, p.129). Machado (2021) também identifica influências higienista e sanitarista na criação e desenvolvimento do Serviço Social no Rio de Janeiro.

No Brasil, o enfrentamento do consumo de álcool e tabaco e doenças com a sífilis tornou-se regra. Afinal regenerar os degenerados para formar a nação seria possível. Diante disso, a eugenia na América Latina se concentrou em ações sociais, morais e médicas: preocupações com saneamento, higiene mental, higiene das células, higiene social. (Costa, 2021, p. 97)

<sup>3</sup> Silva (2022) analisa como as perspectivas de um higienismo eugênico influenciaram intervenções políticas do estado brasileiro, destaca as influências higienistas na Constituição de 1934, especialmente o artigo 138.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

O Estudo de Costa (2021) conecta tais abordagens às ações campanhistas em saúde pública no Brasil e na América Latina. Em estudos futuros, pretendemos aprofundar as conexões entre as influências norte-americanas especialmente via Fundação Rockefeller nas perspectivas de saúde, como um elo de ações campanhistas e policialescas que também podem ter conexões com o Serviço Social emergente. Elemento que se aproxima das pesquisas de Ducatti (2015) em seus estudos sobre Eugenia como suporte no trato da “Questão Social” ao analisar a formação da saúde pública no Brasil identificou influências eugenistas – que aborda como pseudociência<sup>4</sup> (Ducatti, 2015).

Temos concordância com Lima & Vallina (2017) que ao dialogarem com vários estudos sobre as influências e referências profissionais nos anos 1940 afirmam que “[...] *o incentivo a uma leitura higienista através da inclusão de disciplinas de matriz teórica médica, além da própria incidência desse ideário nas bases dos métodos tradicionais, como o Serviço Social de Caso e nas obras de pioneiras como Mary Richmond*” (Idem, p. 33).

Esta abordagem também pode ser encontrada nos estudos de Vasconcelos (2000) e de Silva (2015) que indicam, a partir das análises dos currículos, a grande incidência de carga horária voltada para a medicina social e seus tópicos de estudos (Higiene Geral, Higiene Social, Higiene Infantil e pediatria, Higiene Alimentar, Higiene do Trabalho e Higiene Mental e noções de psiquiatria). O depoimento de uma das pioneiras do Serviço Social reforça a importância dos estudos no campo da medicina social e da higiene: “*Porque no início, nosso curso incluía matérias ligadas à área social e à área da saúde. Nós tínhamos anatomia, fisiologia, higiene, higiene mental, tudo isso era incluído*” (Reis, 2002, p. 04).

Silva (2016) abordou as exigências para as candidatas à formação de assistentes sociais e o papel da ABESS para uniformizar os critérios para admissão de alunas nos cursos de Serviço Social: idade mínima de 18 anos, Curso ginásial ou preparo equivalente completo, comprovação de idoneidade moral e atestado de boa saúde. Silva acrescenta que:

Algumas discussões surgiram no período sobre a necessidade de outras formas de garantir uma melhor seleção entre as candidatas aos cursos. Dentre elas, podemos destacar a proposta de realização de testes ou exames para avaliação de possíveis traços patológicos e desequilíbrios psico-afetivos. (Silva, 2016, p. 74).

Bravo e Freire (2014) ao discutir a predominância das análises que colocam centralidade da emergência da profissão em São Paulo, a constituição e o enfrentamento da “questão social”

---

<sup>4</sup> Havia perspectivas em disputa acerca das concepções eugênicas no Brasil, sobretudo no período das décadas de 1920 e 1930. Há também um debate mais contemporânea acerca da caracterização da Eugenia como ciência (Stepan, 2004) ou como pseudociência, conforme analisa Ducatti (2015)



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

naquela realidade, apontam para a necessidade de ampliação de estudos que abarquem a diversidade de condições e de dinâmicas sócio-históricas que contribuíram para a criação de escolas e consolidação do Serviço Social em todo o Brasil. Nos termos das autoras:

[...] as primeiras Escolas de Serviço Social do Rio de Janeiro surgem num momento em que a cidade é a maior do país, capital federal, onde se concentram os centros nervosos da direção política e econômica, sendo, por essas condições, a cidade brasileira onde a infraestrutura de serviços básicos, inclusive serviços assistenciais, mais se desenvolveu, com forte participação do Estado. Além de ser o mais antigo polo industrial da Região Sudeste e contar com expressivo contingente proletariado. [...] Parece fora de dúvida que a terceira e quarta décadas do século passado, ou melhor, que o período de surgimento dessas escolas marca uma inflexão importante na História do Brasil, constituindo um momento significativo de um processo longo, extremamente complexo, da revolução burguesa nestas latitudes (Bravo & Freire, 2014, p. 54).

As autoras destacam que há poucos estudos sobre o pioneirismo do Serviço Social no Rio de Janeiro, destacamos a informação de que uma das mais proeminentes pioneiras da profissão - Maria Esolina Pinheiro - era assídua frequentadora do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que, além de divulgar e enaltecer a gestão ditatorial de Vargas também era um forte recurso de perseguição e vigilância das figuras contestatórias ao Estado Novo. Ao desatacarem que o pioneirismo do Serviço Social no Rio de Janeiro foi distinto daquele ocorrido em São Paulo, as autoras enfatizam que “O fato de o Rio de Janeiro ser capital da República brasileira e berço do pensamento autoritário não é mero detalhe histórico.” (Bravo & Freire, 2014, p. 58).

Identificar que o Serviço Social é profissão inserida na divisão sociosexual e racial do trabalho, realiza intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora e incide com efeitos essencialmente políticos é uma chave de análise indispensável, tratar esta compreensão nos leva ao debate sobre o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando o discurso então hegemônico da mútua colaboração entre capital e trabalho.

Tal leitura é reforçada por Bravo & Freire que afirmam: “Os assistentes sociais também reforçaram as fileiras dos intelectuais-funcionários que se tornaram artífices dos projetos políticos do Estado” (2014, p. 58). Estas constatações nos exigem avançar na análise do caldo cultural, histórico, intelectual e ideológico que balizou a formação e o exercício profissional nas primeiras décadas do século XX.

As concepções de infância, família e mulher eram muito influenciadas por estas abordagens. Com relação à infância, havia uma “aposta” neste segmento como construtores de um novo país, então o discurso das crianças como o futuro da nação e a importância da educação eram recorrentes. Porém, Rizzini nos explica que



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

[...] em se tratando da infância pobre, educar tinha por meta moldá-la para a submissão. Foi por esta razão que o país optou pelo investimento numa política predominantemente jurídico-assistencial de atenção à infância, em detrimento de uma política nacional de educação de qualidade, ao acesso de todos. (Rizzini, 2005, p. 09).

A infância pobre era considerada parte dos riscos sociais e para este segmento, que então, não era sequer denominado como criança, a abordagem era da tutela estatal. A dicotomização da infância diferenciava os “menores” - objeto de leis repressivas e programas assistenciais - e as crianças que eram cuidadas e educadas por suas famílias. (Rizzini, 2005).

Nas relações sociais de sexo os ditames eugenia no Brasil coadunavam com os valores conservadores e com os valores religiosos, neste sentido “serviam” adequadamente ao repertório mobilizados para a moralização dos pobres.

Ao enfatizar que era por seus efeitos sobre as células reprodutivas que as influências ambientais mais ameaçavam a hereditariedade, os eugenistas chamavam particular atenção para a própria reprodução humana – sexualidade, matrimônio e o problema de infecções, especialmente por doenças venéreas, em um casamento. [...] Para as moças, eugenia significava maternidade ‘digna’, com ênfase na saúde materna e no cuidado pré-natal. [...] O interesse eugênico na educação sexual pouco tinha a ver com visões radicais sobre sexualidade ou papéis sexuais. Pelo contrário, a eugenia brasileira vinculava-se estreitamente a uma ideologia conservadora, familiar. Muitos eugenistas criticavam as feministas brasileiras [...] porque o feminismo representaria, na opinião dos eugenistas, uma ameaça ao tradicional papel reprodutivo da mulher [...]. (Stepan, 2004, p. 352)

É curioso notar que as pioneiras do Serviço Social enfatizavam o “lugar” e o “papel” das mulheres dos segmentos mais empobrecidos da sociedade no cuidado com a prole e o lar, devendo evitar o trabalho fabril, não podemos deixar de observar uma contradição já que as assistentes sociais eram também trabalhadoras, atuavam “fora do lar” e, muitas vezes defendiam o papel da mulher restrito à cuidadora da família e da casa.

Analisar a complexificação do capitalismo brasileiro, as relações sociais de sexo, a divisão sociossexual e racial do trabalho, as inserções profissionais e influências da atuação das pioneiras do Serviço Social junto às mulheres e à infância serão os próximos passos deste percurso de pesquisa.

A atuação do serviço social estava perfeitamente conectada às orientações mais gerais que predominaram nos aparatos estatais. Para Pinheiro a amplitude dos males sociais decorrentes das novas condições morais impulsionadas pelas transformações decorrentes da massificação do trabalho operário, visto que “[...] *as fábricas ocupando não só os homens, mas também as mulheres e os menores, tornaram, afastando-os do lar, mais frágeis os laços da comunidade familiar*” (Pinheiro, 1985, p. 15), incluindo aí a “[...] *ânsia pela melhoria de um padrão de vida, a*



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

*independência da mulher pelo trabalho assalariado [...]* (Pinheiro, 1985, p. 16), o que evidencia a importância do papel educativo do serviço social, utilizando uma linguagem quase bélica a autora afirma:

Para lutar contra esses males, elementos de decadência econômica e social, não são bastantes as leis e reformas administrativas apropriadas; não são bastantes melhoramentos materiais; não são bastantes as cogitações da ciência em torno da eugenia. Precisamos mais: a nossa gente educar (Pinheiro, 1985, p. 17)

O texto apresenta a eugenia tomada como uma referência, não apenas científica, também é colocada como parte dos recursos que poderiam/deveriam ser acionados pelo Serviço Social. Vimos que já no título se seu livro Esolina Pinheiro coloca o Serviço Social como um trabalho voltado para “infância e juventude desvalidas”. No corpo do trabalho encontramos o registro fotográfico da assistente social atuando no LBI autora A legenda do fotografia nos traz pistas importantes para compreender como as atribuições das assistentes sociais voltadas para ações educacionais e de abordagem individual também expressam influências do eugenismo higienista, a escolha da autora foi: “Inquirindo menores no Laboratório de Biologia Infantil”. Ao analisar o Serviço Social Pinheiro identifica que a profissão:

[...] ajuda o indivíduo a encontrar na sociedade, o equilíbrio de uma vida moldada nos padrões estabelecidos pelo grupo social a que pertence, e aponta, por outro lado, a sociedade, o seu dever para com os indivíduos. Situa-se em todos os pontos de intersecção do indivíduo e da sociedade e constitui, do ponto de vista da ação, o que o direito significa como “consciência coletiva”. No desdobramento de suas funções abrange toda a esfera do “social”. Espelha a orientação educativa do Estado e auxilia neste setor importantíssimo, a ação administrativa. Tudo isso confere ao serviço social um lugar de relevo no quadro das funções do Estado o que implica na necessidade de uma orientação segura no preparo moral e cultural de seus agentes. Só assim, poderá conseguir o máximo de aproveitamento, nas suas atividades multiformes, em coordenação com as organizações oficiais e privadas, mantendo a unidade de objetivos sem sacrificar a flexibilidade tão necessária dos seus planos de ação. (Pinheiro, 1941, p. 06-07).

A utilização dos inquéritos nas abordagens profissionais das assistentes sociais é recorrente nos primeiros anos da profissão, destacamos o documento elaborado por Maria Esolina Pinheiro “Inquérito sobre menores abandonados e delinquentes, no Estado do Rio de Janeiro”. Trata-se de estudo realizado em 7 municípios fluminenses, fez parte de uma iniciativa da Legião Brasileira de Assistência (LBA) cujo objetivo era “estudar certos aspectos do problema do abandono e delinquência juvenil” (Pinheiro, 1943, p.01). Maria Esolina afirma que o recenseamento e a investigação foram realizados em áreas pobres por duas determinações principais:

[...] uma, a **natural resistência** das famílias de nível econômico mais elevado a esse gênero de investigação; outra circunstância é que a LBA além de cooperar para o maior brilho da II Conferência de Proteção à Infância, aproveitaria essa oportunidade para um estudo da situação do **meio social** nas zonas investigadas, visando desenvolver, nesses importantes municípios, suas atividades de assistência social. (Pinheiro, 1943, p.01 *grifos nossos*)



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A concepção de que *famílias de nível econômico mais elevado* tivessem escolha e pudessem recusar a investigação social realizada pela LBA é identificada por Pinheiro como uma condição natural, o que pode nos levar a inferir que as famílias pobres *naturalmente* não teriam a mesma escolha, sendo, portanto, identificadas como objetos das intervenções institucionais (LBA) e profissionais (assistentes sociais).

Outro destaque que fizemos está na utilização da expressão *meio social*, aspecto tão recorrente dos debates eugênicos que vicejavam no Brasil dos anos 1900. Já o termo ‘inquérito’ remete aos elementos característicos da linguagem policlesca, também pode ser verificado nas análises sobre as políticas, iniciativas e aparatos públicos de identificação da população que predominaram no Brasil no início do século XX.

Entre os elementos tratados na investigação estavam informações sobre filiação, dinâmicas familiares, cor, sexo, estado de saúde física e mental, discriminação do abandono, *defeitos físicos, moralidade*, entre outros. A autora menciona que o conhecimento da realidade das áreas investigadas foi um aspecto sempre presente nos *juízos* formulados. Novamente, colocamos em destaque terminologias que reproduzem muito das abordagens influenciadas pelas dinâmicas de controle que prevaleciam nas intervenções sociais: *defeitos físicos, moralidade e juízos*.

Na caracterização das condições de trabalho, metade das famílias não possuíam renda fixa – vivem de biscates, lavagem de roupas e costuras. A análise sobre a situação de abandono de crianças encontra o percentual de 40% relacionado à situação de miséria. Destaco que Maria Esolina, explicita com ênfase que o fator economia é o aspecto predominante nas situações de abandono.

[...] em 1729 menores apresentam 571 em estado de carência. Destes, 346 eram de carência material e 111 carência dupla (material e moral), somadas essas duas causas temos 457 abandonados por falta de recursos, 80% contra 114, 20% dos que foram encontrados em abandono moral. É interessante salientar-se que cerca de dois terços dessas famílias tratam dos filhos com certo devotamento revelados no interesse de elevá-los preservando-lhes o futuro. Tudo isso, confirma que a questão econômica é a responsável direta, determinada em várias consequências é certo, porém, a chaga vem dela (Pinheiro, 1943, p. 8)

Em nossa leitura, a realidade se impõe, a despeito de longas digressões sobre moralidade, degeneração, desajustamentos morais o levantamento de dados diretamente a partir das vidas e dinâmicas familiares e trabalhos das “zonas pobres” evidenciou que as “causas” preponderantes do abandono eram econômicas. Ainda que num trecho seguinte a linguagem moralizante volte a ser apresentada ao tratar da área investigada em Petrópolis:

[...] uma vila operária da Companhia Petropolitana, em Cascatinha e outra de construção livre e parte em morro. A primeira Cascatinha é um bairro exclusivamente fabril, tradicionalmente habitado por operários. Vida de trabalho organizado **livre de vícios e hábitos nocivos**. Os pais zelam pela saúde e educação dos filhos. As crianças filhos de mães operárias na primeira infância ficam nas creches. Aos 7 anos já frequentam as escolas públicas. Em regra na idade própria começam a trabalhar ajudando aos pais. Nessa vida metódica e controlada pela assistência médica e pelo zelo dos pais, as crianças crescem sadias e mentalmente normais. As casas ocupadas pelos operários da Cascatinha apresentam um bom aspecto. Arejadas, limpas, bem arranjadas, **denunciam** à primeira vista uma vida familiar moralizada, alegre e comunicativa. (Pinheiro, 1943, p. 14)

A terminologia característica das pioneiras do Serviço Social reaparece eivada de aspectos moralizantes, é o trabalho organizado, livre de vícios e hábitos nocivos, é a formação familiar voltada para criação de novos contingentes para o trabalho, visto que as crianças na idade própria começam a trabalhar ajudando aos pais, e, para finalizar mais uma pitada de linguagem policialesca – ainda que num tom “elogioso”: o aspecto das casas **denunciam** uma *vida familiar moralizada, alegre e comunicativa*.

Silva relaciona esta valorização da atuação das mulheres como “[...] *uma pequena, mas significativa emancipação feminina na década de 1930, repercutindo na criação de novas profissões em espaços ainda adaptados a uma velha concepção de ‘natureza’ da mulher.*” (Silva, 2011, p.1121). Cabe destacar que se trata de um perfil muito específico, conforme explica Costa:

[...] quem assumiu a vanguarda do Serviço Social em cidades que primeiro implantaram as Escolas de formação? As mulheres de classe média brancas dos centros urbanos. Elas não estavam apenas informadas pelos ideais caritativos postos pela igreja que naquela altura já passava pela secularização. O Serviço Social brasileiro se profissionaliza com a primeira Escola de formação em São Paulo. Os primeiros cursos oferecidos tiveram à frente uma assistente social advinda da Bélgica. Elas apareciam como profissionais, amparadas em conhecimento técnico e científico, prontas, portanto, para ocupar seu demandado lugar na divisão do trabalho. As primeiras assistentes sociais formadas eram mulheres brancas provenientes de classes médias. (Costa, 2020, p. 261)

As discussões aqui trazidas buscam debater sobre as origens do Serviço Social na perspectiva de análise histórico-materialista que analisa a emergência da profissão no contexto de complexificação das relações sociais sob as determinações capitalistas. A ampla produção crítica da categoria profissional é enfática ao conectar tais processos à radicalização das expressões da questão social.

Buscamos trazer referências de como o arcabouço eugênico-higienista conformou diversas iniciativas institucionais incorporaram assistentes sociais e outras trabalhadoras sociais em seus quadros. A própria demanda por trabalhadoras que fossem responsáveis pela educação



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

eugênica-higienista da população pobre se deu pelo modo como a intervenção estatal se constituiu no enfrentamento às expressões da questão - identificando, manipulando e controlando, o que pode ser visualizado na citação:

As reformas decorrentes das legislações produzem resultados futuros; o **Serviço Social é de resultado imediato**, com repercussão no futuro. Para Suzane Cordelier, “o Serviço Social gravita em torno desta ideia mestra: *prevenir o mal, sob qualquer forma que se apresente; evitar que os flagelos sociais comprometam o equilíbrio da família e o futuro da raça.*” O Serviço Social é o **órgão controlador** desses desequilíbrios, porque age dentro de cada necessidade social, visando reconduzir os desajustados à vida normal.” (Pinheiro, 1985, p. 17).

Por fim, trazemos, abaixo, um certo contraponto que nos permita um vislumbre de um elemento fundamental na constituição da questão social: a resistência e a luta das trabalhadoras. Aqui tomados a linguagem literária como um aporte para nossas reflexões. No romance Parque Industrial escrito por Pagu, publicado sob o pseudônimo “Mara Lobo” em 1933, temos o seguinte registro epistolar que expressa a consciência de classe de uma operária, mas também, explicita como os corpos femininos estão mais vulneráveis nas dinâmicas exploratórias do capitalismo:

Tenho que te dar uma noticiuzinha má. Como você me ensinou, para o materialista tudo está certo. Acabam de me despedir da Fábrica, sem uma explicação sem um motivo. Porque me recusei ir ao quarto do chefe. Como sinto, companheira, mais do que nunca a luta de classes! Como estou revoltada e feliz por ter consciência! Quando o gerente me pôs na rua senti todo o alcance de minha definitiva proletarização, tantas vezes adiada.

É uma coisa fatal. E impossível que os proletários não se revoltem. Agora é que eu senti toda a injustiça, toda a iniquidade, toda a infâmia do regime capitalista. Só tenho uma coisa a fazer: lutar encarniçadamente contra esses patifes da burguesia. Lutar ao lado dos meus camaradas de escravidão. (Lobo, 2018, p.86)

Conforme analisou Yamamoto, Questão Social também é resistência. Em nossos estudos e debates sobre os fundamentos do Serviço Social, temos nos dedicado à análise histórico-crítica da profissão. Tal abordagem exige que o já conhecido perfil das primeiras assistentes sociais - mulheres brancas das camadas médias e altas do Rio de Janeiro e de São Paulo com profundo alinhamento ao projeto societário das elites, seja nomeado como parte das construções da branquitude, consideramos a importância de avançarmos nessa reflexão adensando elementos de análise que envolvem as particularidades das relações sociais de sexo, raça e classe com o intuito de desvelar as contradições presentes neste contexto e a quase ausência de mulheres negras nos primórdios do Serviço Social, este aspecto está inteiramente conectado às estruturas racistas da sociedade brasileira e às históricas conexões do Serviço Social com a Eugenia e o Higienismo Social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Identificar, nomear, aprofundar análises pode contribuir para superação dos ranços históricos do conservadorismo na profissão, esta é uma tarefa coletiva que o Serviço Social brasileiro tem enfrentado, mas que ainda temos muito a construir.

## Referências Bibliográficas

- BRAVO, Maria Inês & FREIRE, Silene de Moraes. O protagonismo das unidades de Serviço Social do Rio de Janeiro. In: Trajetória da faculdade de serviço social da UERJ: 70 anos de história / Organizadores Renato dos Santos Veloso et al. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- COSTA, Gracyelle. Política Social, Serviço Social e Eugenia: reflexões para o século XXI. Disponível em: EURICO, Márcia (et al. Orgs). Coletânea Questão Racial, Serviço Social e os desafios contemporâneos. Papel Social: São Paulo, 2021.
- \_\_\_\_\_. Raça e nação na origem da política social brasileira: União e Resistência dos trabalhadores negros Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social, 2020.
- DUCATTI, Ivan. A eugenia no Brasil: uma pseudociência como suporte no trato da "questão social". Temporalis, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.
- GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. Rev. katálysis, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, dez. 2018.
- IAMAMOTO, Marilda. Vilela. & CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. 41. Ed. SP: Cortez, 2014.
- IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.
- KOIKE, Marieta. As novas exigências teóricas, metodológicas e operacionais da formação profissional na contemporaneidade. In: Reprodução social, trabalho e Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.
- LAVALLETTE, IOAKIMIDIS e FERGUSON. Histórias horríveis do Serviço Social. Trad. (TONIOLO, Charles. Revista Praia Vermelha, v. 29 n. 2: O Projeto Ético-Político do Serviço Social no contexto de avanço do ultraconservadorismo: desafios e resistências. UFRJ, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/22993> (2018).
- LIMA, Isteice Nogueira de.; VALLINA, Marcelo Mario. In: ANDRADE, Roberta F. C. de; ALBUQUERQUE, Renan; VALLINA, Marcelo M. A influência do higienismo na formação profissional do Amazonas (1941-1946). In: Os nós da formação do profissional em Serviço Social: currículo, trabalho e debates contemporâneos. / Roberta Ferreira Coelho de Andrade, Marcelo Mario Vallina, Renan Albuquerque. – Parintins: Leda; Edua, 2017.
- MACHADO, Graziela Scheffer. Serviço Social na cadência da memória das pioneiras cariocas [recurso eletrônico] / Graziela Scheffer Machado. - 1. ed. - Rio de Janeiro: EdUERJ, 2021.
- NASCIMENTO, M. Instala-se hoje o Conselho Nacional de Mulheres Negras. Folha do Rio, Rio de Janeiro, 18 mai. 1950, p. 1.
- NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo, Cortez, 1997.
- \_\_\_\_\_. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (org). Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.
- PINHEIRO, Maria Esolina. Serviço Social: Infância e Juventude desvalidas. Rio de Janeiro: Centro de Produção da UERJ, 1985.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

- PINHEIRO, Maria Esolina. Serviço Social: uma interpretação do pioneirismo no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Centro de Produção da UERJ, 1985.
- PINHEIRO, Maria Esolina. Técnica de Serviço Social - Métodos - Inquéritos - Pesquisas. Curso de Serviço Social da Rádio Difusora. Mimeo. Prefeitura do Distrito Federal, Serviço de Divulgação, 1941. Disponível em: [https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspxib=ARQ\\_GC\\_PI&pasta=GC%20pi%20Pinheiro,%20M.%201941.00.00&pagfis=9263](https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspxib=ARQ_GC_PI&pasta=GC%20pi%20Pinheiro,%20M.%201941.00.00&pagfis=9263)
- RIZZINI, Irene. A infância perigosa (ou “em perigo de o ser...”) Idéias e práticas correntes no Brasil na passagem do século XIX para o XX .. In: II° Encontro Franco-Brasileiro de Psicanálise e Direito, 1., 2005, . Proceedings online... Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, Disponível em: [http://www.ciespi.org.br/media/Artigos/Artigos%20pag%202/2005\\_A%20Inf%C3%A2ncia%20perigosa%20texto%20Irene%20Rizzini.pdf](http://www.ciespi.org.br/media/Artigos/Artigos%20pag%202/2005_A%20Inf%C3%A2ncia%20perigosa%20texto%20Irene%20Rizzini.pdf). Acesso em: 30 mar. 2021.
- RIZZINI, Irma; GONDRA, José Gonçalves. Higiene, tipologia da infância e institucionalização da criança pobre no Brasil (1875-1899). Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 58, p. 561-584, Sept. 2014.
- SILVA, Renato Da. O Laboratório de Biologia Infantil, 1935-1941: da medicina legal à assistência social. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 18, n. 4, p. 1111-1130, out. 2011.
- SILVA, Leandro Rocha. A imagem do Serviço Social na imprensa carioca: Notas sobre a coluna “Trabalho e Assistência Social” do jornal A Manhã (1941 e 1942). In: XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015, Santa Catarina. Anais Eletrônicos, 2015.
- \_\_\_\_\_. A narrativa da profissão: A imagem do Serviço Social no Distrito Federal (Rio de Janeiro, 1930 – 1940). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2016.
- SILVA, Ana Paula Procópio. Higienismo, eugenia e racismo na gênese do Serviço social brasileiro: apontamentos introdutórios. In: Márcia Campos Eurico; Maria Liduína de Oliveira e Silva; Rachel Gouveia Passos; Renata Gonçalves. (Org.). Antirracismos e Serviço Social. 1ed. São Paulo: Cortez, 2022.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião de et al. Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional: fontes para a história da eugenia no Brasil. História, Ciências, Saúde-Manguinhos [online]. 2009, v. 16, n. 3 [Acessado 4 Maio 2024], pp. 763-777. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702009000300012>. Epub 05 Out 2009. ISSN 1678-4758. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702009000300012>.
- STEPAN, Nanci L. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G., and ARMUS, D., orgs. Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. História e Saúde collection, (p. 330-391).
- VASCONCELOS, Eduardo Mourão. O movimento de higiene mental e a emergência do Serviço Social no Brasil e no Rio de Janeiro. Saúde mental e serviço social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. São Paulo, Cortez. Parte II. 2000.